MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL № 46/2018

Pregão Presencial

Tipo de Comparação: Por lote Tipo do Julgamento: Menor preço

O Município de Doutor Pedrinho, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado na Rua Brasília, 02, Centro — Doutor Pedrinho - SC, informa que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, para selecionar proposta objetivando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I do presente Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/93, o Decreto Municipal nº 56/2015, Decreto Municipal nº 10/2018 a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Esta licitação <u>NÃO</u> cumpre os termos do art. 47, 48 I da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação:

Data: 26/10/2018 Hora: 08h30min

Limite para impugnação ao edital:

Até 02 (dois) dias úteis antes da abertura das propostas

Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas:

Data: 26/10/2018 Hora: 09h00min

Outras informações pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações, no seguinte endereço:

- Telefone: (47) 3388 0148
- E-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br
- Endereço: Rua Brasília, nº 02, Centro, Doutor Pedrinho SC.

1 - DO OBJETO:

- 1.1 O presente Edital tem por objetivo receber proposta para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**, conforme anexo I (MODELO BASE DA PROPOSTA).
- 1.2 A presente licitação não obriga a contratação ou a aquisição do objeto na sua totalidade, podendo ser solicitado fonecimento parcelado ou parcial, conforme as necessidades da Municipalidade.

1.3 — Os materiais adquiridos devem ser entregues na sede da Secretaria de Obras da municipalidade sem qualquer ônus adicional, ou seja, os custos de transporte ou frete devem ser arcados pela licitante. O Município poderá recusar o recebimento de produtos sem a qualidade necessária para a finalidade pública a ser atendida, donde a licitante deverá providenciar a troca por outros que atendam às exigências da municipalidade, sem qualquer custo adicional.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2018 do Município de Doutor Pedrinho, como segue:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 2007 – MANUTENÇÃO SERVIÇOS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÍBLICA 33903026 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO 01000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS 01080000 – CONTRIB. CUSTEIO SERV. ILUM. PÚBLICA – COSIP

3 - DA PARTICIPAÇÃO:

3.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Edital e seus anexos.

4 - DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO:

- 4.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da abertura das propostas, no Departamento de Licitações de Doutor Pedrinho, situado na Rua Brasília, nº 02, centro, Doutor Pedrinho, SC.
- 4.2 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsavel pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas, contados do encerramento do prazo de impugnações.
- 4.3 Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório, será tomada uma das seguintes providências:
- a) Anulação ou revogação do edital;
- b) Alteração do edital e manutenção da licitação, republicação do edital e reabertura do prazo de publicidade;
- c) Alteração no edital e manutenção da licitação, dispensada a nova publicação e reabertura do prazo nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

5 - DO ENVELOPE DA PROPOSTA:

5.1 - A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, até as 08:30 horas do dia **26/10/2018**, identificado da seguinte forma:

Licitante:
Envelope nº 1 – PROPOSTA
Departamento de Licitações de Doutor Pedrinho
Pregão Presencial nº 46/2018

- 5.2 A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração (caso a procuração não esteja no credenciamento).
- 5.3 A licitante deverá apresentar no Envelope nº 01 "PROPOSTA DE PREÇOS", em 01 (uma) via, a proposta de preços (inicial) que deverá conter OBRIGATÓRIAMENTE, além dos dados apresentados no ANEXO I, A MARCA E MODELO DO PRODUTO OFERTADO, O VALOR UNITÁRIO E VALOR TOTAL DOS ITENS COTADOS, não podendo ultrapassar os valores unitários máximos estimados pela Administração Municipal, sob pena de desclassificação. Obs.: TODO O MATERIAL DEVERÁ SEGUIR PADRONIZAÇÃO ABNT/CELESC E DEVERÁ SER INSPECIONADO NO SOLO. Quando for o caso, referências adicionais que a proponente achar necessárias, desde que elas não subtraiam nenhuma das especificações mínimas exigidas no objeto deste Instrumento Convocatório, permitindo a perfeita identificação do objeto ofertado, pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, observando-se que:
- a) Deverá ser proposta apenas 01 (uma) marca e modelo para cada item;
- b) Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com preços unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, <u>computados</u> os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como, o custo de frete/transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora desta Licitação. Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, solicita-se às licitantes que apresentem suas propostas conforme o modelo Anexo I "Proposta de Preços".
- c) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.
- d) A apresentação de proposta será considerada como evidencia de que a licitante EXAMINOU CRITERIOSAMENTE OS DOCUMENTOS DESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS, e que os produtos que foram cotados apresentam qualidade, durabilidade e todas as características mínimas exigidas na folha proposta de preços, conforme Anexo I do Instrumento Convocatório.
- e) A apresentação da proposta de preço implica na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidades neste Instrumento Convocatório e seus Anexos.

Obs: Os documentos em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado. (Não sendo aceito copia da internet).

5.4 - O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

6 – DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO:

6.1 - Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, até as 08:30 horas do dia **26/10/2018**, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Licitante:
Envelope nº 2 – HABILITAÇÃO
Departamento de Licitações de Doutor Pedrinho
Pregão Presencial nº 46/2018

- 6.2 Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou por agente público do município licitante, mediante a apresentação do documento original, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os documentos apresentados pela Internet, deverão ser apresentados em via Original, **onde todas as páginas deverão estar rubricadas por algum representante da empresa**. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 60 (sessenta) dias da data de sua emissão. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do Processo Licitatório.
- 6.3 Observando-se que os documentos de credenciamento (item 7.1.4.1 e sub-itens deste edital) e a declaração de habilitação (item 7.1.4.4 do edital) deverão ser apresentados separadamente dos da habilitação, o envelope nº 02 deverá conter os seguintes documentos:

6.3.1 - Da habilitação jurídica:

- I Registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- II Certificado da Condição do Microempreendedor Individual (CCMEI);

6.3.2 - Da regularidade fiscal e trabalhista:

- I Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- II Alvará de Localização e Funcionamento, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Obs.:

- As provas de regularidade que não constarem prazo de validade, serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua emissão.
- Acaso esteja implementado a emissão de certidão de regularidade conjunta da Fazenda Nacional, incluindo a regularidade com as contribuições previdenciárias, será considerado válido o mesmo documento para as duas exigências.

6.3.3 - Qualificação Econômico-financeira:

I - Certidão negativa de pedidos de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

6.3.4 – Outros documentos:

- I Declaração de que não possui em seu quadro funcional, menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (conforme Anexo V).
- II Declaração de Atendimento às condições de participação (Anexo VI deste edital);
- 6.4 Nos casos em que a licitante apresentar um dos documentos constantes dos subitens 6.3.1 ou 6.3.2 na fase de Credenciamento, a mesma fica dispensada de apresentá-lo novamente na fase de Habilitação.

7 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Às 09:00 horas do dia **26/10/2018**, o(a) Pregoeiro(a) fará a abertura da sessão pública do pregão, procedendo aos seguintes atos, em seqüência:

7.1 – Do Credenciamento:

- 7.1.1 Serão admitidos a participar desta Licitação os que estejam legalmente estabelecidos na forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado.
- 7.1.2 É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa.
- 7.1.3 Será admitida, em todas as etapas da Licitação, a presença de somente um representante de cada proponente.
- 7.1.4 A proponente deverá apresentar, <u>inicialmente e em separado dos envelopes</u>, documento com a indicação do representante **credenciado**, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.
- 7.1.4.1 O credenciamento far-se-á por meio das seguintes formas:

- I se tratando do responsável legal da empresa: <u>cópia autenticada</u> do contrato social ou instrumento equivalente que demonstre a competência legal do interessado para representar e assinar pela empresa, juntamente com cópia do documento de identidade (com foto), admitido em lei;
- II se tratando de representante constituído: apresentar procuração com poderes para praticar todos os atos inerentes ao pregão, em especial, formular propostas e lances, firmar acordos, interpor ou desistir de recursos, devidamente assinada, juntamente com cópia do documento de identidade (com foto), admitido em lei.
- 7.1.4.1.1 Tratando-se de Instrumento Particular de Procuração ou Carta de Credenciamento (Anexo II), deverá estar <u>com assinatura reconhecida em cartório</u>, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:
- a) Se for concedido por sócio-gerente ou diretor, esta condição deverá ser comprovada (com cópia autenticada do Contrato Social ou da Ata de escolha da Diretoria);
- b) Se for assinada por outra pessoa que não seja sócio-gerente ou diretor, deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação far-se-á por meio de <u>documentos autenticados</u> que demonstrem tal condição.
- 7.1.4.1.2 Deverá ser apresentada <u>fotocópia autenticada</u> de documento de identificação com foto do representante juntamente com demais documentos do credenciamento.
- 7.1.4.1.3 No Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverá constar expressamente os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias, sob pena de não aceitação.
- 7.1.4.2 Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém, o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.
- 7.1.4.2.1 Os documentos necessários deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação por agente público do Município, Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio. As licitantes que optarem por autenticar documentos com agente do Município, Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio deverão fazê-lo até o último dia útil anterior à data de entrega dos envelopes, durante o horário de expediente. Após esta data e horário não serão promovidas quaisquer autenticações.
- 7.1.4.3 O prazo para credenciamento se encerra com o início da abertura dos envelopes proposta. OBS: Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados em mãos, até ou quando da abertura da sessão, não podendo estar em nenhum dos envelopes lacrados, pois os mesmos não poderão ser abertos, sob pena de não credenciar o representante.
- 7.1.4.4 A proponente deverá apresentar <u>inicialmente e em separado dos envelopes</u>, Declaração para Habilitação, dando ciência de que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no item 6 deste Edital (Anexo III). Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que não possui regularidade fiscal e trabalhista na data da sessao, a mesma deverá constar nesta

Declaração que atende aos requisitos necessários à habilitacao, com excessão da regularidade fiscal e trabalhista.

- 7.1.4.5 A proponente deverá apresentar <u>inicialmente e em separado dos envelopes</u>, Declaração de que é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso), enquadrada na forma da Lei Complementar nº 123/2006, a qual deve ser assinada pelo contador da Licitante, e obrigatoriamente estar acompanhada da Declaração de Habilitação Profissional do contador (DHP) e da Certidão Simplificada emitida pela JUCESC, sob pena de ser desconsiderada tal condição (Anexo IV).
- 7.1.4.6 Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.
- 7.1.5 Não será admitida nesta Licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias, entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, e estrangeiras que não funcionem no país.
- 7.1.6 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.

7.2 – Da Abertura e Julgamento:

- 7.2.1 No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o(a) Pregoeiro(a) e a equipe de apoio reunir-se-ão na Prefeitura, situada na Rua Brasília, nº 02, Centro, em Doutor Pedrinho/SC, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado.
- 7.2.2 Deverão ser apresentadas, ainda, a <u>Declaração para Habilitação</u> e Declaração de que é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso), enquadrada na forma da Lei Complementar nº 123/2006, a qual deve ser assinada pelo contador da Licitante, e obrigatoriamente estar acompanhada da Declaração de Habilitação Profissional do contador (DHP) e da Certidão Simplificada emitida pela JUCESC, sob pena de ser desconsiderada tal condição (Anexo IV).
- 7.2.3 Abrir-se-ão os envelopes nº 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicados aprazados no Edital.
- 7.2.4 Abertas as propostas, o(a) pregoeiro(a) fará a análise quanto a compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no edital e quanto ao preço inexequível, baixando diligências caso sejam necessárias, e procederá à classificação das propostas para a etapa de lances.
- 7.2.5 O(A) pregoeiro(a) e a equipe de apoio rubricarão e submeterão a rubrica de todas as proponentes os documentos contidos no certame. O(A) Pregoeiro(a) procederá a verificação do conteúdo do envelope nº 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.
- 7.2.6 O(A) Pregoeiro(a) classificará a(s) proponente(s) que apresentar(em) proposta de **Menor Preço por lote** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à(s) proposta(s) de preço de menor valor; ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 ofertas no intervalo de 10% (dez por cento), excetuadas aquelas propostas que estão superiores ao valor máximo estipulado no edital.

- 7.2.7 Às proponentes classificadas, conforme subitem 7.2.6, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.
- 7.2.7.1 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.
- 7.2.7.2 Fica a encargo do(a) Pregoeiro(a) a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).
- 7.2.7.3 O(a) pregoeiro(a) poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.
- 7.2.7.4 Dos lances ofertados não caberá retratação.
- 7.2.7.5 A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.2.8 Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) fará a classificação provisória pela ordem **crescente** dos preços apresentados.
- 7.2.9 Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante**, o(a) Pregoeiro(a) abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal e trabalhista não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis justificadamente, por igual período, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.2.10 Regularizada a habilitação fiscal e trabalhista pela licitante <u>Microempresa ou Empresa de</u> <u>Pequeno Porte</u>, a mesma será declarada vencedora do certame.
- 7.2.11 Caso não ocorra a regularização da habilitação fiscal e trabalhista da licitante <u>Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte</u>, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o <u>item 12.2</u> deste Edital, e retomando a licitação na forma do item 7.2.9 ou 7.2.12.
- 7.2.12 Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço/lance <u>não</u> foi apresentado por <u>Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante</u>, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.
- 7.2.13 Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, o(a) Pregoeiro(a) procederá da seguinte forma:
- I a <u>Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte</u> mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal e trabalhista (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

- II não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III no caso de equivalência dos valores apresentados pelas <u>Microempresas ou Empresas de Pequeno</u>

 <u>Porte</u> que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.2.14 O prazo para apresentação de nova proposta será de <u>até 05 (cinco) minutos</u> após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º, da LC nº 123/2006).
- 7.2.15 Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.2.16 Será assegurada, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**.
- 7.2.17 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.2.18 Será desclassificada a proponente que:
- a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) apresentar preços manifestamente inexeqüíveis ou que ultrapassem o **valor máximo** unitário, estipulado no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).
- 7.2.19 Para fins de aferição de inexeqüibilidade das propostas, o(a) Pregoeiro(a) determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc.) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 7.2.20 Sendo aceitável a proposta de menor preço por total geral, lote ou global (conforme o caso), será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.
- 7.2.21 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.
- 7.2.22 Será julgada inabilitada a proponente que:
- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,
- b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.
- 7.2.23 Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, o(a) Pregoeiro(a) adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) serão analisados os documentos <u>não</u> integrantes da regularidade fiscal e trabalhista, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;
- b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, declarando-se:
- b.1. o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou
- b.2. o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal e trabalhista em relação aquela <u>Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte</u> licitante, para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis justificadamente, por igual período, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- 7.2.23.1 Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2. acima, o licitante <u>Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte</u> poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal e trabalhista na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.
- 7.2.24 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) declarará a vencedora, proporcionando à seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata da Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais razões de recursos do recorrente 03 dias consecutivos, proporcionando-se a todos, vista imediata do processo no Departamento de Licitações.
- 7.2.25 A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.
- 7.2.26 Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a), equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).
- 7.2.27 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.
- 7.2.28 Não considerar-se-á qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.
- 7.2.29 A presente licitação para os efeitos de julgamento será do tipo "MENOR PREÇO" considerandose o Menor Preço por total geral (lote global) para fins da escolha mais vantajosa para a municipalidade.

8 - DOS RECURSOS:

8.1 – Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do(a) Pregoeiro(a) poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões e/ou impugnação ao recursos em igual número de dias, que começarão a correr

automaticamente do término do prazo do recorrente. As razões e as contrarrazões/impugnações de recurso deverão ser enviados aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

- 8.2 A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.
- 8.3 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.
- 8.4 Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
- 8.5 Os recursos e contrarrazões/impugnação de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao(a) Pregoeiro(a) e protocolados junto ao Departamento de Licitações situado na Rua Brasília, 02, Centro Doutor Pedrinho SC, em dias úteis, no horário de expediente, a qual deverá receber, examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.
- 8.6 É vedada à licitante a utilização de recurso como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o(a) Pregoeiro(a), ou se for o caso, a Autoridade Superior, arquivar sumariamente os expedientes.

9 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- 9.1 Em não sendo interposto recurso, caberá ao(a) Pregoeiro(a) adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.
- 9.2 Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo(a) pregoeiro(a) sobre o mesmo.

10 - DA ENTREGA E PAGAMENTO:

- 10.1 A licitante vencedora disporá do prazo de **até 05 (cinco) dias úteis** para entrega do objeto licitado, contados da data do respectivo recebimento da Ordem de Compra, sendo que a entrega se dará na SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO conforme necessidade do município, independente da quantidade solicitada.
- 10.1.1 Excepcionalmente, em caso de urgência em algum dos itens (uso imediato), poderá o Município retirar o item diretamente na sede da empresa vencedora, mediante desconto correspondente no preço.
- 10.2 A Empresa vencedora deverá entregar o produto no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 14:00 h às 17:00 h, de segunda a sexta-feira, sob quaisquer pretextos, não serão recebidos os produtos fora do expediente de trabalho.
- 10.3 Caso o bem não sejam entregue no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município;
- 10.4 O produto será recusado quando entregue com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

- 10.5 O recebimento do bem, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade do mesmo, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de garantias previstas;
- 10.6 O pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.
- 10.7 Não haverá reajuste dos valores das propostas.

11 - DAS OBRIGAÇÕES:

11.1 - DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO:

- a) Controlar a afetiva entrega do objeto desta licitação, bem como sua qualidade e conformidade;
- b) Notificar, por escrito, à Contratada de qualquer irregularidade na execução do contrato, oportunizando o contraditório e a ampla defesa, antes da aplicação de qualquer sanção, bem como impor as penalidades previstas, quando for o caso;
- c) Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega e liquidação da Nota Fiscal no setor competente.

11.2 - DA EMPRESA VENCEDORA:

- a) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia do mesmo e/ou substituindo os produtos entregues que apresentar defeito ou má qualidade;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do município.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 12.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar o objeto adjudicado na forma e prazos constantes deste Edital e seus anexos, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:
- a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c) suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Doutor Pedrinho, pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos;
- d) declaração de inidoneidade.
- e) outras penalidades previstas na legislação e respectivos regulamentos.

12.2 - Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC nº 123/2006.

13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 13.1 Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis no Departamento de Licitações do Município de Doutor Pedrinho para retirada pelos respectivos proponentes, no prazo de trinta dias após o término da licitação, decorrente da licitação. Caso não sejam retirados no prazo anterior, serão inutilizados.
- 13.2 Após a data e horário estabelecido para o recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito e nem tampouco serão permitidos adendos ou acréscimos aos mesmos, ressalvadas a aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 13.3 A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Doutor Pedrinho/SC, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 13.4 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas o Município de Doutor Pedrinho/SC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.5 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.
- 13.6 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 13.7 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 13.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, firmando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho/SC.
- 13.9 É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à Autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 13.10 As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 13.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

- 13.12 As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse do Município de Doutor Pedrinho/SC, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.13 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.
- 13.14 A participação da proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.
- 13.15 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será **automaticamente transferida** para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
- 13.16 Os casos omissos serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a) em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.
- 13.17 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o(a) Pregoeiro(a), ou seja, o foro da Comarca de Timbó/SC.
- 13.18 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto para a entrega dos envelopes nº 01 e 02 e da documentação de Credenciamento.
- 13.19 Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações pelo telefone: (47) 3388 0148, nos dias úteis, em horário comercial.
- 13.20 São partes integrantes deste Edital:
- a) Anexo I Especificações do objeto e valor máximo estimado (modelo de Proposta);
- b) Anexo II Credenciamento;
- c) Anexo III Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- d) Anexo IV Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- e) Anexo V Declaração de Inexistência de Menores no Quadro Funcional;
- f) Anexo VI Declaração de atendimento as condições de participação;
- g) Anexo VII Minuta de Contrato.
- 13.21 Conforme Portaria nº 104/2017 ficam indicados:
 - » Pregoeira Oficial: Tassiana Ouriques Becker
 - » Pregoeiro Substituto: marizete Dolores Nones Fiamoncini
 - » Equipe de Apoio: Tarcício Lenzi, Geroneia Cordeiro e Paulo Andrey Vicente

Doutor Pedrinho, 10 de outubro de 2018

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita do Município de Doutro Pedrinho/SC

ANEXO I ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E CRITÉRIO(S) DE ACEITABILIDADE DA(S) PROPOSTA(S) (Modelo PROPOSTA DE PREÇOS)

Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Cidade/UF:	CEP:
Telefone(s):	

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, conforme segue:

14	04-1-	111-1	Descrit #	Valor Ma	áximo R\$
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Unitário	Total
1	1	UNI	LOTE DE MATERIAL ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO – SC, conforme sub-itens abaixo:	R\$ 38.686,35	R\$ 38.686,35
1.1	140	Peça	Arruela quadrada galvanizada a fogo de 38x38x3,0mm, com furo Ø18,0mm para parafuso 5/8". Apresentar certificação INMETRO.	R\$ 0,63	R\$ 88,20
1.2	70	Peça	Braço para iluminação pública, galvanizado por imersão a quente com camada de 100 micras de média e 86 no ponto mínimo, com 3.000 mm de comprimento, curvo e espessura da chapa 3,00 mm. Diâmetro Ø externo: tubo de 46 a 49,0 mm. Sem sapata de fixação. Possuir furo para dois parafusos 16,mm. COMPROVAR QUE O PRODUTO É HOMOLOGADO CELESC.	R\$ 98,29	R\$ 6.880,30
1.3	200	М	(CABO FLEXIVEL) Condutor formado por fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, encordoamento classes 5, Bitola (2,50mm) conforme NBR NM 280 (antiga NBR 6880). Encapado em composto termo fixo Etileno Propileno (EPR/B), COR PRETO. As características físicas e químicas do composto de isolação têm que atender aos requisitos da norma NBR 6251. Cobertura de composto termoplástico à base de Cloreto de Polivinila (PVC/ST2) com características especiais de não propagação e auto extinção da chama.	R\$ 1,13	R\$ 226,00
1.4	200	М	(CABO FLEXIVEL) Condutor formado por fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, encordoamento classes 5, Bitola (2,50mm) conforme NBR NM 280 (antiga NBR 6880). Encapado em composto termo fixo Etileno Propileno (EPR/B), COR AZUL. As características físicas e químicas do composto de isolação têm que atender aos requisitos da norma NBR 6251. Cobertura de composto termoplástico à base de Cloreto de Polivinila (PVC/ST2) com características especiais de não propagação e auto extinção da chama.	R\$ 1,13	R\$ 226,00
1.5	35	Peça	Cinta metálica para poste circular Ø190mm, com dois parafusos cabeça francesa 16x70mm. Aço zincado a fogo. Apresentar certificação INMETRO.	R\$ 21,60	R\$ 756,00

	1	1			
1.6	35	Peça	Cinta metálica para poste circular Ø200mm, com dois parafusos cabeça francesa 16x70mm. Aço zincado a fogo. Apresentar certificação INMETRO.	R\$ 26,45	R\$ 925,75
1.7	100	Peça	Conector Paralelo 1PF de alumínio.	R\$ 6,50	R\$ 650,00
1.8	50	Peça	Fita isolante. Medidas aproximadas: 19mm x 20m, conforme NBR 5037. Apresentar certificação INMETRO.	R\$ 4,10	R\$ 205,00
1.9	30	Peça	Lâmpada Vapor de Sódio 250W. Bulbo tubular. Clara. Base E-40. Fluxo Luminoso 31.000 Lumens ou maior. IRC mínimo > 20. Posição de funcionamento: universal. Vida mediana: 32.000 horas ou maior. Temperatura de cor: 2.000k. Garantia mínima: 12 meses. Apresentar selo de eficiência energética de baixo consumo, e certificado de QUE O PRODUTO É HOMOLOGADO CELESC EM CHP em original ou cópia autenticada.	R\$ 33,52	R\$ 1.005,60
1.10	80	Peça	Lâmpada Vapor de Sódio 70W. Bulbo tubular. Leitosa. Base E-27. Fluxo Luminoso 5.700 Lumens ou maior. IRC mínimo > 20. Posição de funcionamento: universal. Vida mediana: 28.000 horas ou maior. Temperatura de cor: 2.000k. Garantia mínima: 12 meses. Apresentar selo de eficiência energética de baixo consumo, e certificado de QUE O PRODUTO É HOMOLOGADO CELESC EM CHP em original ou cópia autenticada.	R\$ 20,94	R\$ 1.675,20
1.11	40	Peça	Lâmpada Vapor de Sódio 150W. Bulbo tubular. Leitosa. Base E-40. Fluxo Luminoso 15.000 Lumens ou maior. IRC mínimo > 20. Posição de funcionamento: universal. Vida mediana: 24.000 horas ou maior. Temperatura de cor: 2.000k. Garantia mínima: 12 meses. Apresentar selo de eficiência energética de baixo consumo, e certificado de QUE O PRODUTO É HOMOLOGADO CELESC EM CHP em original ou cópia autenticada.	R\$ 35,08	R\$ 1.403,20
1.12	100	Peça	CONECTOR PIERCING CDP70 10-95 X 1,5-10	R\$ 5,73	R\$ 573,00
1.13	70	Peça	Luminária pública em alumínio anodizado (interior e exterior). Para uso externo. Potencia 250/400W. Fechada com policarbonato. Com soquete E-40. Fecho em aço inoxidável, que permite o fechamento da parte superior e inferior com alta pressão para braço 3000mm x Ø49,0mm. Deverá apresentar ensaio de estanqueidade comprovando IP65, fornecidos por laboratório acreditado junto ao INMETRO.	R\$ 218,41	R\$ 15.288,70
1.14	70	Peça	Parafuso Francês, cabeça abaulada 16x50mm. Aço zincado a fogo com porca. Apresentar certificação INMETRO.	R\$ 3,26	R\$ 228,20
1.15	100	Peça	Porca Quadrada Rosca Métrica M-16 X 24 X 13 MM. Apresentar certificação INMETRO.	R\$ 0,80	R\$ 80,00
1.16	70	Peça	Reator vapor de Sódio 70W - 220V. Baixa perda. Uso externo galvanizado, com ignitor e capacitor incorporado. Fator de potência maior que 0,92. Garantia mínima: 5 anos, gravada de forma legível e indelével no corpo do reator. Apresentar selo de eficiência energética de baixo consumo, e certificado de QUE O PRODUTO É HOMOLOGADO CELESC EM CHP em original ou cópia autenticada.	R\$ 69,54	R\$ 4.867,80

1.17	20	Peça	Reator vapor de Sódio 250W - 220V. Baixa perda. Uso externo galvanizado, com ignitor e capacitor incorporado. Fator de potência maior que 0,92. Garantia mínima: 5 anos, gravada de forma legível e indelével no corpo do reator. Apresentar selo de eficiência energética de baixo consumo, e certificado de QUE O PRODUTO É HOMOLOGADO CELESC EM CHP em original ou cópia autenticada.	R\$ 101,07	R\$ 2.021,40
1.18	20	Peça	Reator vapor de Sódio 150W - 220V. Baixa perda. Uso externo galvanizado, com ignitor e capacitor incorporado. Fator de potência maior que 0,92. Garantia mínima: 5 anos, gravada de forma legível e indelével no corpo do reator. Apresentar selo de eficiência energética de baixo consumo, e certificado de QUE O PRODUTO É HOMOLOGADO CELESC EM CHP em original ou cópia autenticada.	R\$ 79,30	R\$ 1.586,00

Validade da proposta: _____ dias (mínima de 60 dias).

Prazo e Condições de Fornecimento e Pagamento: Prazo de **até 05 (cinco) dias úteis** para entrega do objeto licitado, contados da data do respectivo recebimento da Ordem de Compra, sendo que a entrega se dará no pátio da SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO.

A entrega será no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 14:00 h às 17:00 h, de segunda a sexta-feira, sob quaisquer pretextos, não serão recebidos os produtos fora do expediente de trabalho.

OBS.: TODO O MATERIAL DEVERÁ SEGUIR PADRONIZAÇÃO ABNT/CELESC E DEVERÁ SER INSPECIONADO NO SOLO.

	(local e data)
(Carinha da Barranda Arrinda da Barranda Barrand	
(Carimbo da Proponente e Assinatura do Resp	onsável Legal)

NOTA: A proposta de preços poderá ser apresentada nesta folha-modelo, ou, se preferir, a proponente poderá usar papel próprio, desde que nele constem todos os dados, sem qualquer alteração, apresentados neste modelo, obrigando-se inclusive a respeitar a ordem numérica dos itens, sob pena de desclassificação da proposta.

Dados Bancários para Depósito:

	BANCO:	Agência:	
I	Conta:	Dígito:	

Dados do responsável para assinatura do contra	trato	lo cor	natura do	para assi	ponsável	res	los do	Dad
--	-------	--------	-----------	-----------	----------	-----	--------	-----

Nome:			
CPF e RG:			
E-mail:			

ANEXO II

CARTA CREDENCIAMENTO (MODELO)

Através da presente, credenc	ciamos o(a) Sr.	(a)		
		, portador(a)	da Cédula	de Identidade nº
e CP	F sob nº			(cópia em anexo), a
participar da Licitação Nº 046/2018 in:				
de PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade	de seu REPRES	ENTANTE LEG	AL, outorgan	do-lhe poderes para
pronunciar-se em nome da empresa				
inscrita sob o CNPJ nº				em como formular
propostas/lances verbais, recorrer e pra				ertame.
, em	dede	2018.		
Carimbo e assinatura reconhecida	em Cartório d	o responsável l	egal da licita	nte (EMPRESA)

<u>Obs.</u>: Juntar cópia autenticada do Contrato Social comprovando poderes para outorga deste documento.

ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO (Modelo)

		DECLARAMOS	para fin	s de parti	cipação r	no pro	cedimento I	icitató	rio – PREG	SÃO PI	RESENC	CIAL,
que	а	empresa						inscrit	a sob	0	CNPJ	nº
					, ater	nde	plenamente	aos	requisitos	nec	essário	s à
Habil	itaçâ	io, possuindo	toda a d	ocumenta	ção comp	oroba	tória exigida	no Edi	tal convoc	catório).	
				, em	de		de 2018.					
								_				
		Carimbo, assir	natura e	CPF do re	presenta	nte le	gal. (empres	a)				

(Observação:

- 1 Esta declaração deverá estar em mãos do credenciado, quando da abertura da sessão, não podendo estar em nenhum dos envelopes;
- 2 Em se tratando de <u>Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte</u> que não possui regularidade fiscal e trabalhista na data da sessão, a mesma deverá constar nesta Declaração que atende aos requisitos necessários à habilitação, com exceção da regularidade fiscal e trabalhista, se for o caso).

ANEXO IV

MODELO	DECLARAÇÃO	DE	ENQUADRAMENTO	СОМО	BENEFICIÁRIA	DA	LEI	COMPLEN	/IENTAR	N٥
123, DE 1	4 DE DEZEMBR	O D	E 2006							

(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no Edital de Pregão Presencial nº. 46/2018, sob as sanções Administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
(JUNTAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA)
Local, dede 2018
(nome e assinatura do responsável legal) (carteira de identidade número e órgão emissor)
Assinatura do Contador da Empresa

(Anexar a declaração de Habilitação Profissional (DHP) ou Certidão de Regularidade Profissional (CRP) sob pena de ser desconsiderada tal condição)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORES NO QUADRO FUNCIONAL (Modelo)

		DECLARAMOS	para fins de	habilita	ção do proc	edimento	licitatório -	– PREG	ÃO P	RESENC	CIAL,
que	а	empresa			-		inscrita	sob	0	CNPJ	nº
				,	não possui	em seu q	uadro fun	cional,	men	ores de	e 18
•	•	anos em trab quer trabalho, s	-						(deze	esseis) a	anos
			, eı	m d	e	_ de 2018.					
		(Carimbo assi	inatura o CDE	do repre		mal)					

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

A empresa ______, inscrita no CNPJ sob nº ______, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ______, portador(a) da Carteira de Identidade nº ______ e do CPF nº ______, **DECLARA QUE**

NÃO SE ENQUADRA EM NENHUMA DAS SEGUINTES HIPÓTESES:

- a) É autora ou participante do projeto do objeto;
- b) Detém em seu quadro societário:

Ref.: Processo Licitatório nº 46/2018

- b.1) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação,
 incluindo o Pregoeiro e Equipe de Apoio;
- b.2) servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, exceto quando já afastado de suas funções por prazo superior à seis meses.
- b.3) o Prefeito, seu cônjuge e aos demais parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau;
- b.4) sócio, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado, que seja responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo do objeto da licitação;
- c) Detém débitos com a Fazenda Pública Municipal de Doutor Pedrinho;
- d) A própria empresa ou seus sócios encontram-se em processo de Falência, Concordata, Recuperação Judicial, Dissolução, Concurso de Credores, Liquidação, ou insolvência;
- e) É estrangeira que não está estabelecida no país; e,
- f) Está com penalização vigente de declaração de inidoneidade, ou suspensão de contratar com a Administração Pública, em quaisquer das esferas da Federação.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

Local e Data.
(NOME DA EMPRESA)

Nome do Representante legal

№ CPF ou RG

Cargo/Função

ANEXO VII

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 00/2018

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado pela Prefeita Sra. Simoni Mércia Mesh Nones, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº, situado à Rua,, cidade de,, neste ato representado pelo, CPF sob nº aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 46/2018, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: 1.1 - O objeto do presente contrato é AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, conforme segue:								
	, <u> </u>	-	Va	alor				
Item	n Qtde Unid. Descrição		Unitário	Total				
TOTAI	TOTAL:							
1.2 — Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 46/2018, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.								
CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:								
2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2018 do MUNICÍPIO, como segue:								
Códig	Código Dotação Descrição							
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS								
001			SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
2007			MANUTENÇÃO SERVIÇOS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBL	ICA				
33903026			MATERIAL FLÉTRICO F FLETRÔNICO					

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

RECURSOS ORDINÁRIOS

01000000

01080000

3.1 - O valor total deste contrato é conforme lista de preços acima citada (1.1).

CONTRIB. CUSTEIO SERV. ILUM. PÚBLICA - COSIP

- 3.1.1 Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.
- 3.1.2 Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete/transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.
- 3.1.3 O pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.
- 3.1.4 O pagamento, se processará após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

- 4.1 A CONTRATADA disporá do prazo de **até 05 (cinco) dias úteis** para entrega do objeto licitado, contados da data da respectiva assinatura do contrato, sendo que a entrega se dará no pátio da SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO.
- 4.2 A Empresa vencedora deverá entregar o produto no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 14:00 h às 17:00 h, de segunda a sexta-feira, sob quaisquer pretextos, não serão recebidos os produtos fora do expediente de trabalho.
- 4.3 Caso os bens não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município;
- 4.4 O bem será recusado quando entregue com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;
- 4.5 O recebimento do bem, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade do mesmo, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de garantias previstas;

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

- 5.1 O prazo de execução e vigência se inicia na assinatura deste instrumento e se estende por 12 meses, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.
- 5.2 O fornecimento deve se dar em até 05 (cinco) dias úteis a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem de fornecimento.

- 5.3 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.
- 5.4 No caso de execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.
- 5.5 O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 6.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:
- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia do mesmo e/ou substituindo os produtos entregues que apresentar defeito ou má qualidade;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

- 8.1.1 A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.
- 8.1.2 A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:
- I 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.
- II 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- 8.1.3 O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.
- 8.1.4 As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

- 9.1 A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.
- 9.1.1 O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.
- 9.1.2 Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

- 11.1 Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.
- 11.2 Fica nomeado como preposto da CONTRATADA para o presente contrato xxxxxxxxxxx, (cargo) da contratada

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.						
E, por estarem assim justos e contratados, e forma, na presença das testemunhas aba	firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor ixo identificadas, para os efeitos legais.					
Doutor Pedrinho (SC), de de	2018.					
MUNICÍPIO SIMONI MÉRCIA MESH NONES – Prefeita	CONTRATADA					
RONI ANDREAS HASSLER Assessor Jurídico OAB/SC 52.912						
Testemunhas:						
IOSÉ MARCOS CI ALIDINO DOS SANTOS	FUSEU RODRIGUES TAVARES					